

MATERIAL GRATUITO — PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO

AMOSTRA GRATUITA

Kit de Preparação

POLÍCIA FEDERAL 2026

Agente de Polícia Federal

Concurso Público 2026

Material de Degustação

8 Questões · 4 Temas · Gabarito Comentado ao Final



Direito Penal

2 questões



Direito Constitucional

2 questões



Direito Administrativo

2 questões



Informática

2 questões

Resolva todas as questões primeiro — o gabarito comentado está no final do PDF.

Kit Completo — 100 Questões + Explicações + Macetes

<https://pay.hotmart.com/H104859503U>

Kit Completo: R\$ 19,90

Garantia 7 dias

Acesso imediato

Como usar este material

1

Resolva as questões

Leia cada enunciado com atenção e marque sua resposta no campo de anotações à direita antes de consultar o gabarito.

2

Registre seu resultado

Use a tabela de gabarito do candidato (abaixo) para anotar suas respostas. Depois, confira de uma vez ao final.

3

Estude os comentários

No gabarito comentado você verá a resposta certa, por que está certa, a pegadinha que a banca usou e um macete exclusivo para nunca esquecer.

4

Identifique seus pontos fracos

Nos temas em que errou, o Kit Completo tem mais 25 questões por tema com explicações ainda mais aprofundadas.

Sua folha de respostas — anote aqui antes de ver o gabarito

Q01 (A/B/C/D/E)	Q02 (A/B/C/D/E)	Q03 (A/B/C/D/E)	Q04 (A/B/C/D/E)
Q05 (A/B/C/D/E)	Q06 (A/B/C/D/E)	Q07 (A/B/C/D/E)	Q08 (A/B/C/D/E)

Kit Completo com 100 Questões — <https://pay.hotmart.com/H104859503U>

Direito Penal Resolva as questões e anote suas respostas — gabarito comentado ao final

Questão 01

Acerca dos princípios do direito penal, assinale a alternativa correta.

- A)** O princípio da insignificância exclui a tipicidade material da conduta, sendo aplicável a todos os crimes, inclusive os praticados com violência ou grave ameaça à pessoa.
- B)** O princípio da legalidade, previsto no art. 1.º do Código Penal, veda a utilização da analogia in malam partem, mas permite a interpretação extensiva de normas penais incriminadoras.
- C)** O princípio da culpabilidade impede a responsabilização penal objetiva no direito penal brasileiro, exigindo-se dolo ou culpa para a configuração do crime.
- D)** O princípio da anterioridade admite exceção nos casos de crimes hediondos, permitindo a retroatividade da lei penal mais gravosa para tais delitos.
- E)** O princípio da ofensividade exige que toda conduta típica cause dano efetivo ao bem jurídico tutelado, não se admitindo crimes de perigo abstrato no ordenamento brasileiro.

Minha resposta: []

Questão 02

Sobre a aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- A)** A lei penal mais benéfica aplica-se aos fatos anteriores à sua vigência, ainda que já decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- B)** A lei penal temporária, após o decurso do prazo de sua vigência, não se aplica aos fatos praticados durante a sua vigência, por força do princípio da retroatividade benéfica.
- C)** A combinação de leis penais (lex tertia) é amplamente aceita pela jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.
- D)** A abolitio criminis extingue os efeitos penais da condenação, bem como os efeitos civis, tornando inexigível a reparação do dano causado pelo crime.
- E)** A lei penal intermediária mais benéfica não pode ser aplicada ao réu, pois não estava vigente nem ao tempo do fato nem ao tempo da sentença.

Minha resposta: []

Direito Constitucional Resolva as questões e anote suas respostas — gabarito comentado ao final**Questão 03**

A República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político. Considerando os princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A)** A prevalência dos direitos humanos constitui fundamento da República Federativa do Brasil, conforme o art. 1.º da CF/1988.
- B)** A construção de uma sociedade livre, justa e solidária é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- C)** A autodeterminação dos povos é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previsto no art. 3.º da CF/1988.
- D)** A erradicação da pobreza e da marginalização constitui princípio que rege as relações internacionais do Brasil.
- E)** A garantia do desenvolvimento nacional é um fundamento da República Federativa do Brasil, previsto no art. 1.º da CF/1988.

Minha resposta: []

Questão 04

Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A)** A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou a noite, por determinação judicial.
- B)** É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, em qualquer caso, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- C)** É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- D)** Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida prévia autorização do poder público e que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- E)** A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

Minha resposta: []

Direito Administrativo Resolva as questões e anote suas respostas — gabarito comentado ao final

Questão 05

Acerca dos princípios da administração pública, assinale a alternativa correta.

- A)** O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado é absoluto, não admitindo ponderação com direitos fundamentais em nenhuma hipótese.
- B)** O princípio da eficiência foi inserido na Constituição Federal de 1988 pelo poder constituinte originário, constando do texto desde a sua promulgação.
- C)** O princípio da impessoalidade impede que a administração pública atue com favoritismos ou perseguições, exigindo que a atuação administrativa seja voltada ao interesse público, vedando a promoção pessoal de agentes públicos.
- D)** O princípio da legalidade administrativa possui o mesmo conteúdo do princípio da legalidade aplicável aos particulares, significando que a administração pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- E)** O princípio da publicidade não comporta exceções, sendo vedado à administração pública o sigilo de qualquer informação, ainda que relativa à segurança da sociedade e do Estado.

Minha resposta: []

Questão 06

A respeito da organização administrativa brasileira, assinale a alternativa correta.

- A)** As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legislativa, com patrimônio próprio e autonomia administrativa.
- B)** A desconcentração administrativa implica a criação de novas pessoas jurídicas, a exemplo das autarquias e fundações públicas.
- C)** As empresas públicas e as sociedades de economia mista são entidades da administração indireta, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, sendo que as primeiras possuem capital exclusivamente público e as segundas admitem participação de capital privado.
- D)** Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria e podem figurar em qualquer polo de ações judiciais sem restrições.
- E)** As fundações públicas de direito público são criadas por autorização legislativa específica, à semelhança das empresas públicas.

Minha resposta: []

Informática Resolva as questões e anote suas respostas — gabarito comentado ao final**Questão 07**

Acerca de segurança da informação, assinale a alternativa correta quanto aos tipos de criptografia utilizados na proteção de dados.

- A)** A criptografia simétrica utiliza um par de chaves — uma pública e outra privada — para cifrar e decifrar as informações.
- B)** O algoritmo AES (Advanced Encryption Standard) é um exemplo de criptografia assimétrica amplamente utilizado em conexões seguras na Internet.
- C)** A criptografia assimétrica utiliza duas chaves distintas: uma chave pública, usada para cifrar a mensagem, e uma chave privada, usada para decifrá-la.
- D)** O algoritmo RSA é classificado como criptografia simétrica e utiliza chaves de tamanho fixo de 64 bits.
- E)** Na criptografia simétrica, a chave de cifração é publicada em repositórios públicos para que qualquer pessoa possa cifrar mensagens.

Minha resposta: []

Questão 08

Em relação aos certificados digitais e à infraestrutura de chaves públicas (ICP-Brasil), assinale a alternativa correta.

- A)** O certificado digital do tipo A1 é armazenado obrigatoriamente em dispositivos criptográficos como tokens ou smart cards.
- B)** A autoridade certificadora raiz (AC Raiz) da ICP-Brasil é o ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), responsável por emitir certificados diretamente aos usuários finais.
- C)** O certificado digital contém, entre outras informações, a chave pública do titular, o nome da autoridade certificadora emissora e o período de validade do certificado.
- D)** Os certificados digitais dispensam a necessidade de uma autoridade certificadora, pois a validação é feita diretamente entre as partes envolvidas na comunicação.
- E)** Certificados do tipo A3 são armazenados exclusivamente no disco rígido do computador e possuem validade máxima de um ano.

Minha resposta: []

GABARITO COMENTADO

Questão 01

Gabarito: C

POR QUE ESTÁ CERTA

O princípio da culpabilidade é um dos pilares do Direito Penal brasileiro e impede a responsabilização penal objetiva, ou seja, sem dolo ou culpa (art. 18 do CP). A Constituição Federal e o Código Penal exigem que o agente tenha agido com dolo ou, nos casos expressos em lei, com culpa, para que possa ser responsabilizado penalmente. Trata-se de garantia fundamental que afasta a responsabilidade penal pelo mero resultado (versari in re illicita).

PEGADINHA DA BANCA

O princípio da insignificância de fato exclui a tipicidade material, porém NÃO é aplicável a todos os crimes. O STF consolidou que ele não se aplica a crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, entre outras restrições (ex.: tráfico de drogas, moeda falsa).

MACETE PARA MEMORIZAR

Lembre-se: 'Sem dolo ou culpa, não há crime' — o princípio da culpabilidade é o escudo contra a responsabilidade penal objetiva no Brasil.

ARTIGO DE LEI

Consulte a legislação pertinente para aprofundamento.

Questão 02

Gabarito: A

POR QUE ESTÁ CERTA

Conforme o art. 5.º, XL, da Constituição Federal e o art. 2.º, parágrafo único, do Código Penal, a lei penal mais benéfica retroage para beneficiar o réu, mesmo que já exista sentença condenatória transitada em julgado. Nesse caso, a aplicação da lei mais benéfica é feita pelo juízo da execução penal (Súmula 611 do STF). Trata-se de garantia constitucional irrenunciável.

PEGADINHA DA BANCA

A lei penal temporária possui ultratividade, ou seja, continua a se aplicar aos fatos praticados durante sua vigência mesmo após o encerramento de seu prazo (art. 3.º do CP). A retroatividade benéfica não afasta essa ultratividade.

MACETE PARA MEMORIZAR

A lei penal benéfica é como um 'passe livre temporal': vai e volta no tempo para sempre beneficiar o réu, mesmo após o trânsito em julgado.

ARTIGO DE LEI

Consulte a legislação pertinente para aprofundamento.

Questão 03

Gabarito: B

POR QUE ESTÁ CERTA

A alternativa B está correta porque o art. 3º, I, da CF/1988 estabelece que 'construir uma sociedade livre, justa e solidária' é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Os objetivos fundamentais estão listados no art. 3º e não se confundem com os fundamentos (art. 1º) nem com os princípios das relações internacionais (art. 4º).

PEGADINHA DA BANCA

A prevalência dos direitos humanos não é fundamento da República (art. 1º), mas sim princípio que rege as relações internacionais do Brasil, conforme art. 4º, II, da CF/1988.

MACETE PARA MEMORIZAR

Lembre-se: FUN-DA-MEN-TOS estão no art. 1º (SO-CI-DI-VA-PLU: Soberania, Cidadania, Dignidade, Valores sociais, Pluralismo). OBJETIVOS estão no art. 3º (construir, garantir, erradicar, promover). RELAÇÕES INTERNACIONAIS estão no art. 4º.

ARTIGO DE LEI

Consulte a legislação pertinente para aprofundamento.

Questão 04

Gabarito: C

POR QUE ESTÁ CERTA

A alternativa C reproduz fielmente o art. 5º, XIII, da CF/1988: 'é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer'. Trata-se de norma de eficácia contida, pois a lei pode restringir o exercício de profissões mediante exigência de qualificações específicas.

PEGADINHA DA BANCA

O erro está na parte final: conforme o art. 5º, XI, a entrada por determinação judicial só pode ocorrer durante o dia, e não 'durante o dia ou a noite'. À noite, apenas nas hipóteses de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro.

MACETE PARA MEMORIZAR

Para o art. 5º, XIII, lembre que a liberdade profissional é a regra, mas a lei pode exigir qualificações (norma de eficácia contida). Exemplo clássico: exame da OAB para exercer a advocacia.

ARTIGO DE LEI

Consulte a legislação pertinente para aprofundamento.

Questão 05

Gabarito: C

POR QUE ESTÁ CERTA

O princípio da impessoalidade, previsto no art. 37, caput, da CF/88, determina que a atuação administrativa deve ser voltada ao interesse público, vedando favoritismos, perseguições e a promoção pessoal de agentes públicos (art. 37, § 1º, CF). Esse princípio desdobra-se em duas vertentes: a finalidade pública dos atos administrativos e a vedação à promoção pessoal, garantindo que a administração trate todos os administrados de forma isonômica.

PEGADINHA DA BANCA

O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado não é absoluto. Ele admite ponderação com direitos fundamentais, especialmente à luz do princípio da proporcionalidade, conforme jurisprudência consolidada do STF.

MACETE PARA MEMORIZAR

Lembre-se do mnemônico LIMPE (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência). A impessoalidade tem dupla face: igualdade no trato e proibição de promoção pessoal.

ARTIGO DE LEI

Consulte a legislação pertinente para aprofundamento.

Questão 06

Gabarito: C

POR QUE ESTÁ CERTA

As empresas públicas e sociedades de economia mista são entidades da administração indireta com personalidade jurídica de direito privado, conforme art. 37, XIX, da CF e Decreto-Lei 200/67. A diferença fundamental entre elas reside na composição do capital: empresas públicas possuem capital exclusivamente público, enquanto sociedades de economia mista admitem participação de capital privado, desde que a maioria do capital votante pertença ao ente público.

PEGADINHA DA BANCA

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público (não de direito privado), criadas por lei específica (não por autorização legislativa), conforme art. 37, XIX, da CF/88.

MACETE PARA MEMORIZAR

Para diferenciar EP de SEM, lembre: Empresa Pública = capital 100% Público; Sociedade de Economia Mista = capital Misto (público + privado).

ARTIGO DE LEI

Consulte a legislação pertinente para aprofundamento.

Questão 07

Gabarito: C

POR QUE ESTÁ CERTA

A criptografia assimétrica utiliza de fato duas chaves distintas: a chave pública, que pode ser distribuída livremente e é usada para cifrar mensagens, e a chave privada, que é mantida em sigilo pelo titular e usada para decifrar as mensagens recebidas. Esse modelo é a base de protocolos como RSA e de certificados digitais utilizados na ICP-Brasil. A separação das chaves resolve o problema da distribuição segura de chaves presente na criptografia simétrica.

PEGADINHA DA BANCA

Está incorreta porque descreve a criptografia assimétrica (par de chaves pública e privada) como se fosse simétrica. A criptografia simétrica utiliza uma única chave compartilhada para cifrar e decifrar.

MACETE PARA MEMORIZAR

Lembre-se: Assimétrica = Duas chaves (pública cifra, privada decifra). Simétrica = Uma só chave. A de Assimétrica lembra 'A dois' (duas chaves).

ARTIGO DE LEI

Consulte a legislação pertinente para aprofundamento.

Questão 08

Gabarito: C

POR QUE ESTÁ CERTA

O certificado digital é um documento eletrônico que vincula uma chave pública à identidade de seu titular, contendo informações como a chave pública do titular, o nome da autoridade certificadora (AC) emissora, o período de validade, o número de série e a assinatura digital da AC. Essa estrutura segue o padrão X.509, adotado pela ICP-Brasil conforme regulamentação do ITI.

PEGADINHA DA BANCA

Está incorreta porque o certificado A1 é armazenado em software (arquivo no computador), com validade de 1 ano. São os certificados do tipo A3 que são armazenados em dispositivos criptográficos como tokens e smart cards.

MACETE PARA MEMORIZAR

A1 = arquivo (software, 1 ano); A3 = aparelho (token/smart card, até 5 anos). O número do tipo indica onde fica: 1 no computador, 3 no dispositivo.

ARTIGO DE LEI

Consulte a legislação pertinente para aprofundamento.

Chegou até aqui?

Você já tem um diferencial.

Agora imagine ter 100 questões, 100 explicações detalhadas, macetes para cada artigo — tudo por menos do que um almoço.



100 Questões inéditas

Nível difícil — padrão CESPE/CEBRASPE



100 Explicações + Macetes

Cada questão explicada do zero



Garantia de 7 dias

Reembolso integral sem burocracia

COMPRAR KIT COMPLETO · R\$ 19,90

<https://pay.hotmart.com/H104859503U>

© LL Co. · Material gratuito para degustação · Proibida a comercialização · Lei 9.610/1998

Não use conteúdo pirata! Adquira em: <https://pay.hotmart.com/H104859503U>